

O ENVELHECIMENTO, A TRANSIÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E O IMPACTO NAS HOSPITALIZAÇÕES**RESUMO**

No Brasil, a transição demográfica apresenta impactos na saúde da população e traz forte repercussão no Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse contexto, este estudo tem como objetivo descrever a transição epidemiológica brasileira correlacionada com o envelhecimento da população e como esse fenômeno impacta nas internações, da população idosa, no âmbito do SUS. O estudo tem abordagem qualitativa com pesquisa bibliográfica. A transição epidemiológica refere-se às mudanças ocorridas nos padrões de morbidade e morte que caracterizam uma população e diante do envelhecimento da população brasileira, existe a necessidade de estruturação de serviços de saúde que possam responder às demandas do novo perfil epidemiológico. O quadro descrito apresenta um duplo desafio, o enfrentamento de males como a dengue e a atenção aos novos agravos que são, atualmente, a principal causa de mortalidade e morbidade no Brasil. O SUS tem recursos insuficientes, por isso a solução passa pela reformulação do modelo vigente.

Descritores: Transição epidemiológica; Envelhecimento; Hospitalização.

THE AGING, THE EPIDEMIOLOGICAL TRANSITION OF THE BRAZILIAN POPULATION AND THE IMPACT ON THE HOSPITALIZATION**ABSTRACT**

In Brazil, the rapid demographic transition has impacts on the health of the population and has a strong repercussion in the Unified Health System (SUS). In this context, this study aims to describe the Brazilian epidemiological transition correlated with the aging of the population and how this phenomenon impacts the hospitalizations of the elderly population under responsibility of the SUS. The study has a qualitative approach with bibliographic research. The epidemiological transition refers to the changes in the morbidity and death patterns that characterize population and in the face of the aging of the Brazilian population. There is a need for structuring of health services that can answer to the demands of the country's new epidemiological profile. The framework described presents a double challenge, dealing with diseases such as dengue and the attention to new diseases which are currently the main cause of mortality and morbidity in Brazil. The SUS has insufficient resources, so the solution goes through by the reformulation of the current model.

Descriptors: Epidemiological transition; Aging; Hospitalization.

EL ENVEJECIMIENTO, LA TRANSICIÓN EPIDEMIOLÓGICA DE LA POBLACIÓN BRASILEÑA Y EL IMPACTO EN LAS HOSPITALIZACIONES**RESUMEN**

En Brasil, la transición demográfica presenta impactos en la salud de la población y trae fuerte repercusión en el sistema único de salud (SUS). En este contexto, este estudio tiene como objetivo describir la transición epidemiológica brasileña correlacionada con el envejecimiento de la población y como ese fenómeno impacta en las internaciones, de la población anciana, en el ámbito del SUS. El estudio tiene abordaje cualitativo con investigación bibliográfica. La transición epidemiológica se refiere a los cambios ocurridos en los estándares de morbilidad y muerte que caracterizan una población y ante el envejecimiento de la población brasileña, existe la necesidad de estructuración de servicios de salud que puedan responder a las demandas del nuevo perfil epidemiológico. El cuadro descrito presenta un doble desafío, el enfrentamiento de males como el dengue y la atención a los nuevos agravios que son, actualmente, la principal causa de mortalidad y morbilidad en Brasil. El SUS tiene recursos insuficientes, por eso la solución pasa por la reformulación del modelo vigente.

Descritores: Transición epidemiológica; Envejecimiento; Hospitalización.

Elídio Vanzella¹
João Agnaldo do Nascimento²
Sérgio Ribeiro dos Santos³

¹ Doutor em Modelos de Decisão em Saúde pela Universidade Federal da Paraíba. Professor da Estácio Faculdades. João Pessoa/PB/Brasil.

² Doutor em Estatística pela Universidade de São Paulo (IME/USP). Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba/CCAIE/DCE- Campus IV (Litoral Norte). João Pessoa/PB/Brasil.

³ Doutor em Ciências da Saúde e em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor Titular do Departamento de Enfermagem Clínica da UFPB. É professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Enfermagem e em Modelo de Decisão e Saúde da UFPB. João Pessoa/PB/Brasil.

INTRODUÇÃO

A rápida transição demográfica observada no Brasil, com o aumento da idade mediana da população, apresenta impactos importantes na saúde da população e traz, em decorrência do aumento da carga das doenças crônicas não transmissíveis, forte repercussão no Sistema Único de Saúde (SUS). Atento a essa situação o SUS, ao longo dos anos, acumulou experiência de planejamento, com base no fortalecimento e aperfeiçoamento de sua lógica federativa e do controle e participação social, criou o Plano Nacional de Saúde (PNS) que orientou a gestão federal de 2012 a 2015. Este plano, compatibilizado com o Plano Plurianual (PPA), instrumento de integração entre planejamento e orçamento federal, foi estruturado em 14 diretrizes e compreendeu as ações estratégicas e os compromissos para o setor. Na sua elaboração, além do respeito à participação social, foi assegurado o diálogo com estados e municípios por meio da apresentação à Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e ao final foi discutido e aprovado no Conselho Nacional de Saúde (CNS)^(1;114).

Este estudo se justifica pelo impacto que a transição demográfica terá nos gastos no Sistema Único de Saúde em decorrência do aumento das doenças crônicas. Assim, em função do foco deste trabalho, das 14 diretrizes descritas no PNS, destacou-se a diretriz de número cinco – Garantia da atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações de promoção e prevenção⁽¹⁾. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo descrever a transição epidemiológica brasileira correlacionada com o envelhecimento da população e como esse fenômeno impacta nas internações, da população idosa, no âmbito do SUS.

MÉTODO

Este estudo tem abordagem qualitativa, de revisão bibliográfica, que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, sentem e pensam⁽²⁾. Ao estudar nuances sutis da vida humana explorando os pressupostos que interferem na nossa compreensão do mundo social e

simultaneamente coletando, analisando e reformulando perguntas, a pesquisa qualitativa apresenta sua eficácia. Assim, com a descrição direta da experiência, a realidade é construída da forma que é interpretada e, nesse sentido, a realidade não é única, mas em função das interpretações.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, no banco de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD's). Ao longo de todo o processo de análise, o material foi lido e interpretado à luz da literatura científica de referência para o pesquisador, que produz teoria articulada ao conjunto de produções científicas com o qual se identifica⁽³⁾.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de envelhecimento ativo e a promoção da saúde da pessoa idosa, de modo a ampliar, sobretudo o seu grau de autonomia e independência para o autocuidado – envolvendo familiares e comunidade – constituirão um dos principais focos da quinta diretriz, a ser operacionalizada mediante a adoção de um modelo que permita ampliar o acesso a uma atenção integral⁽¹⁾. Um dos instrumentos relevantes nessa atenção é a caderneta de saúde do idoso, a ser fornecida à rede de serviços. Esse modelo deverá organizar, por exemplo, as linhas de cuidado para idosos frágeis, por intermédio da formação de cuidadores, adequação da estrutura dos pontos de atenção da rede, de forma a melhorar a acessibilidade e o acolhimento, bem como fortalecer as ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável, com foco na atenção básica.

No tocante às doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), deverão ser estabelecidas as linhas de cuidados na atenção à pessoa idosa, a partir do plano de ações estratégicas para o enfrentamento destas doenças no Brasil, abrangendo o aprimoramento e vigilância dos portadores de condições crônicas. Essas linhas compreenderão projeto terapêutico adequado, a ser vinculado ao cuidador e à equipe de saúde. Outra prioridade será o fortalecimento da assistência farmacêutica, com ampliação do acesso aos medicamentos e insumos estratégicos previstos nos protocolos clínicos, bem como a consolidação de estratégias para o aumento da adesão ao tratamento das

DCNT. Igualmente, serão fortalecidas as medidas voltadas ao atendimento integral nos casos de acidentes e doenças que resultem em deficiências. Nesse sentido, o Ministério da Saúde atuará para fortalecer e qualificar a gestão da rede de serviços, com vistas a definir fluxos de referência e contra referência, bem como as respostas aos idosos portadores de DCNT, mediante a vinculação dos pacientes as Unidades Básicas de Saúde (UBSs). Serão promovidas também medidas para formação profissional, técnica e de qualificação das equipes, fortalecendo, por exemplo, o cuidado ao paciente com doenças circulatórias na rede de atenção à urgência⁽¹⁾.

Na segunda metade do século XX houve crescimento expressivo das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). E, quatro delas: doenças cardiovasculares, neoplasias, doenças respiratórias crônicas e diabetes, foram responsáveis por 60% de todos os óbitos no planeta e por 80% daqueles ocorridos em países de média e baixa renda, no ano de 2005^(4:368). Nesse contexto, a intenção do governo de realizar o debate, o planejamento de ações e diretrizes, como as estabelecidas no Plano Nacional de Saúde, apresenta-se como uma boa intenção vislumbrando alguma melhoria na difícil situação em que os serviços de saúde pública se apresentam aos brasileiros, especialmente à população idosa.

Transição Epidemiológica e Doenças dos Idosos

O processo de envelhecimento da população brasileira, em função do declínio da fecundidade em algumas regiões mais desenvolvidas do Brasil, é conhecido desde a década de 1960. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) da década de 70 passaram a demonstrar que o fenômeno se estendia paulatinamente às demais regiões brasileiras, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, e a todas as classes sociais⁽⁵⁾.

No período de 1960 a 1991, a taxa de fecundidade total apresentou uma redução superior a 50% e o índice de envelhecimento da população, que era igual a 11,2% em 1960, alcançou 44,8% no ano de 2010. No início, os decréscimos nas taxas reprodutivas reduziram a proporção de jovens e aumentaram a de idosos, em seguida ocorreu um decréscimo nas taxas de mortalidade de pessoas adultas e idosas e, a proporção das mesmas em relação à população como um todo aumentou ainda mais. Esse processo dinâmico no comportamento populacional tem sido

chamado de transição epidemiológica por alguns ou demográfica por outros⁽⁶⁾.

Essa transição ocorre em quatro estágios, sendo que no primeiro a mortalidade é concentrada nos primeiros anos de vida (grande percentagem da população é jovem); no segundo a mortalidade decresce e as taxas de crescimento aumentam ou se mantêm elevadas (percentagem de jovens na população aumenta); no terceiro momento, as taxas de fertilidade decrescem e a mortalidade continua a cair (aumento da percentagem de adultos jovens, e progressivamente de pessoas idosas) e no último estágio, a mortalidade em todos os grupos etários continua a cair (aumento contínuo na percentagem de idosos na população).

Agora, na segunda década do século XXI, o cenário contempla os governos nas esferas municipal, estadual e federal, ainda com dificuldades para o enfrentamento de desafios como o controle de doenças transmissíveis ou de dedicar-se a estratégias para a efetiva prevenção e tratamento das doenças crônico-degenerativas e suas complicações. Em um contexto de importantes desigualdades regionais e sociais, idosos não encontram amparo adequado no sistema público de saúde e previdência, acumulam sequelas daquelas doenças, desenvolvem incapacidades e perdem autonomia e qualidade de vida⁽⁶⁾.

Diante do fenômeno do envelhecimento da população brasileira, existe a premente necessidade de estruturação de serviços e de programas de saúde que possam responder às demandas emergentes do novo perfil epidemiológico do país⁽⁷⁾, pois os idosos utilizam os serviços hospitalares de maneira mais intensiva que os demais grupos etários, envolvendo maiores custos, implicando no tratamento de duração mais prolongada e de recuperação mais lenta e complicada⁽⁸⁾.

O conceito de transição epidemiológica refere-se às mudanças ocorridas, no tempo, nos padrões de morbidade, invalidez e morte que caracterizam uma população específica e que, em geral, ocorrem em conjunto com outras transformações demográficas, sociais e econômicas⁽⁹⁾. As alterações nos padrões de morbidade e mortalidade correspondem a uma fase mais recente de um processo histórico secular, ao qual Omran, em 1971, denominou de 'transição epidemiológica'⁽¹⁰⁾. Segundo essa teoria, a humanidade teria atravessado três

fases epidemiológicas ao longo da sua história:

a) A 'Era da Fome das Pestilências', que durou desde o início dos tempos históricos até o fim da Idade Média, foi caracterizada por altos índices de natalidade, altas taxas de mortalidade por doenças infecciosas endêmicas e epidemias que assumiam, com frequência, caráter pandêmico, devastando as populações. Nessa fase, a expectativa de vida estava em torno de 20 anos e o crescimento demográfico foi lento.

b) A 'Era do Declínio das Pandemias', correspondendo historicamente ao período que vai da Renascença até o início da Revolução Industrial, foi caracterizada pelo progressivo desaparecimento das grandes pandemias, embora as doenças infecciosas continuassem a ser a principal causa de morte. Nesse período verificou-se uma gradual melhora no padrão de vida e a expectativa de vida alcançou os 40 anos. Como as taxas de mortalidade declinaram até níveis de 30 por 1000 e a natalidade continuava acima de 40 por 1000, iniciou-se um longo período de crescimento populacional.

c) A 'Era das Doenças Degenerativas e das Causadas pelo Homem' estende-se da Revolução Industrial até os tempos modernos. Caracterizou-se por uma progressiva melhora do padrão de vida das populações (habitação, saneamento, alimentação, educação) e um correspondente declínio das doenças infecciosas, que se iniciaram várias décadas antes do aparecimento das sulfas e dos antibióticos e se acentuou após esses progressos da medicina. A expectativa de vida foi aumentando até atingir os 70 anos, nos meados deste século. As principais causas de mortalidade passaram a ser doenças cardiovasculares e as neoplasias malignas. Nessa fase, houve uma desaceleração no crescimento demográfico⁽¹¹⁾.

Conceitualmente Omran, que focou a teoria da transição epidemiológica nas complexas mudanças dos padrões saúde-doença e nas interações entre esses padrões, seus determinantes demográficos, econômicos e sociais, e suas consequências⁽¹²⁾. Entre as proposições centrais incluídas nessa teoria, destacam-se: (i) existe um processo longo de mudanças nos padrões de mortalidade e adoecimento, em que as pandemias por doenças infecciosas são gradativamente substituídas pelas doenças degenerativas e agravos produzidos pelo homem; (ii) durante essa transição, as mais profundas mudanças nos padrões de saúde-doença ocorrem nas crianças e nas mulheres jovens; (iii) as mudanças que

caracterizam a transição epidemiológica são fortemente associadas às transições demográfica e socioeconômica que constituem o complexo da modernização; e (iv) as variações peculiares no padrão, no ritmo, nos determinantes e nas consequências das mudanças na população diferenciam três modelos básicos de transição epidemiológica, o modelo clássico ou ocidental, o modelo acelerado e o modelo contemporâneo ou prolongado⁽¹³⁻¹²⁾.

O processo engloba três mudanças básicas: substituição das doenças transmissíveis por doenças não transmissíveis e causas externas; deslocamento da carga de morbimortalidade dos grupos mais jovens aos grupos mais idosos; e transformação de uma situação em que predomina a mortalidade para outra na qual a morbidade é dominante⁽¹⁴⁾.

A definição da transição epidemiológica deve ser considerada componente de um conceito mais amplo apresentado como transição da saúde, que inclui elementos das concepções e comportamentos sociais, correspondentes aos aspectos básicos da saúde nas populações humanas⁽¹⁴⁾. Nesse contexto, a transição da saúde pode ser dividida em dois elementos principais: de um lado, fazendo referência as mudanças na frequência, magnitude e distribuição das condições de saúde, expressas através das mortes, doenças e incapacidades, encontra-se a transição das condições de saúde e, de outro a transição da atenção sanitária que, como resposta social organizada a estas condições e que se instrumenta por meio dos sistemas de atenção à saúde, determinada pelo desenvolvimento social, econômico e tecnológico mais amplo⁽¹⁵⁾.

Com exposto, existe uma correlação direta entre os processos de transição epidemiológica e demográfica, pois na medida em que aumenta a expectativa de vida, as doenças não transmissíveis tornam-se mais frequentes e os idosos passam a conviver com fatores de risco associados às doenças crônico-degenerativas⁽⁵⁾, resultando em mudanças no padrão de utilização dos serviços de saúde e no aumento de gastos, considerando a necessidade de incorporação tecnológica para o tratamento das mesmas⁽¹⁴⁾. Ainda, estes aspectos ocasionam importantes desafios e a necessidade de uma agenda para as políticas de saúde que possam dar conta das várias transições em curso.

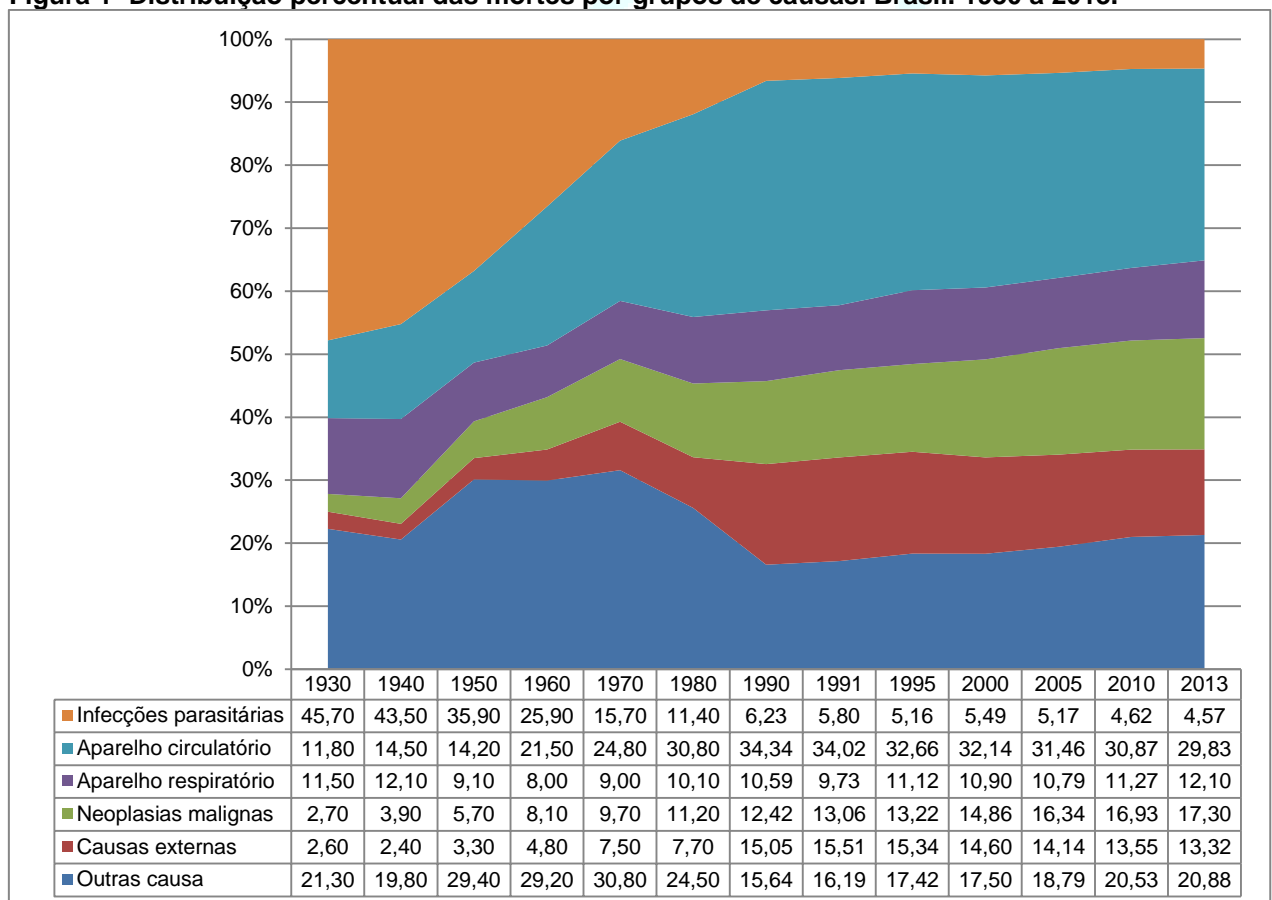
A Transição Epidemiológica Brasileira

As estatísticas de mortalidade no Brasil mostram que, até 1940 (Figura 1) havia um nítido predomínio das doenças infecciosas e parasitárias (DIP) como principal causa de morte, representando 43,5% do total de óbitos⁽¹⁶⁾. A mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias declinou desde a década de 1940, inicialmente com queda aguda, depois como se observou no período entre os anos 2000 e 2010, a mortalidade proporcional por DIP caiu de 5,5 para 4,6%, ou seja, mais lenta, mas persistente⁽¹⁷⁾. Para esse grupo de causas de morte, um fator importante para explicar a tendência de queda, ao longo do tempo, deve-se ao sucesso alcançado, pela área da saúde, em relação a prevenção por imunização de doenças como o sarampo, poliomielite, rubéola, síndrome da rubéola congênita (SRC), meningite (H. influenza), tétano, coqueluche e difteria. Nesse contexto, reduziu-se de mais de 153 mil casos e 5,5 mil óbitos em crianças menores de 5 anos de idade, no ano de 1980, para cerca de 2 mil casos e 50 óbitos em 2009⁽¹⁸⁾.

As doenças do aparelho circulatório correspondiam, em 1930, a 11,8% e as neoplasias malignas a apenas 2,7% dos óbitos com causa definida. Em 1970, as doenças do aparelho circulatório já surgiam como a primeira causa de mortalidade (24,8%); as doenças infecciosas e parasitárias como a segunda (15,7%); e as neoplasias malignas como a terceira (9,7%)⁽¹⁹⁾.

Dados de 1990 mostraram que as doenças do aparelho circulatório já eram responsáveis por 34,34% dos óbitos, causas externas com 15,05% e, em seguida as neoplasias malignas com 12,42%. Aparentemente, esses índices indicariam que se estava verificando no Brasil, de forma tardia, o terceiro estágio de transição epidemiológica, na teoria de Oram⁽¹⁰⁾. No entanto, os dados mostram que se está diante de um quadro bastante diverso e que pode ser caracterizado como polarização epidemiológica.

Figura 1- Distribuição percentual das mortes por grupos de causas. Brasil. 1930 a 2013.



Fonte: Datasus, 2016.

O quadro epidemiológico descrito apresenta, para formulação e execução da política de saúde brasileira, um duplo desafio. O enfrentamento de males como a cólera, a dengue e as antigas e ainda persistentes endemias como a malária, esquistossomose, doença de chagas, hanseníase, etc, e o não negligenciamento do problema dos novos agravos, cuja incidência aumenta ano a ano e cujas taxas de mortalidade ocupam os primeiros lugares⁽²⁰⁾. Atualmente, a principal causa de mortalidade e morbidade no Brasil são as doenças crônicas, que normalmente têm desenvolvimento lento, duram períodos extensos e apresentam efeitos de longo prazo, difíceis de prever⁽²¹⁾.

As doenças cardiovasculares e seus fatores de risco, as neoplasias, as doenças respiratórias crônicas, diabetes, os acidentes automobilísticos e do trabalho e as consequências da violência social têm um papel decisivo nos dispêndios da saúde, da previdência e nos gastos, além de influenciarem na qualidade de vida das pessoas acometidas e de seus familiares⁽¹⁴⁾. E, em função disso precisam de uma resposta complexa e de longo prazo, coordenada por profissionais de saúde de formações diversas, com acesso aos medicamentos e equipamentos necessários, estendendo-se à assistência social⁽²¹⁾.

A mudança da estrutura etária com aumento da representatividade da população idosa está entre os principais fatores que contribuem para o aumento da carga de doenças não transmissíveis no Brasil e as desigualdades sociais e em saúde.

As Causas de Internações Hospitalares entre Idosos Brasileiros no Âmbito do SUS

O rápido aumento da população idosa brasileira apresenta, como consequência, uma previsão com maior pressão sobre os sistemas públicos de saúde e previdência, gerando mais demanda de serviços de saúde, que ocasionará, por vez, aumento em gastos com cuidados médicos e de internações hospitalares⁽²²⁾. Nesse sentido, descrever as características das hospitalizações da população idosa torna-se uma etapa importante e que permitirá subsidiar estratégias para promoção da saúde e prevenção de agravos e, como fonte facilitadora para a realização dessa tarefa, o Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH-SUS) permite

determinar o perfil de hospitalizações da população idosa brasileira no âmbito do SUS, bem como os custos correspondentes. De fácil acesso e abrangendo todo o país, o SIH/SUS disponibiliza um banco de dados responsável por 80% das internações ocorridas no país, possibilitando não apenas o delineamento do perfil das hospitalizações, como permitindo a avaliação do impacto econômico das mesmas⁽²³⁾.

A unidade de observação do SIH/SUS é a autorização de internação hospitalar ou AIH preenchida para cada internação realizada em hospitais conveniados ao SUS, para fins de reembolso financeiro⁽²²⁾. Com isso é possível formar uma série histórica dos dados de internação hospitalar que apresenta as variáveis: tipo de AIH, o gênero, a idade, custo da internação, dias de permanência e diagnóstico principal, segundo capítulos da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – Décima Revisão (CID-10)⁽²³⁾.

Nesse contexto foram selecionadas as doenças do aparelho circulatório; doenças do aparelho respiratório; doenças do aparelho digestório; doenças infecciosas e parasitárias; doenças do aparelho geniturinário; causas externas; doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas; doenças do sistema nervoso; transtornos mentais e comportamentais; neoplasias; doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo; e outras doenças como as principais causas de internações para a população idosa⁽²⁴⁾.

Os estudos sobre a população idosa brasileira apontam que os maiores coeficientes de mortalidade relacionam-se a doenças do aparelho circulatório, do aparelho respiratório e neoplasias⁽²⁵⁾. Sendo que as doenças cardiovasculares foram responsáveis por 31% dos óbitos no Brasil, destacando-se os óbitos por doenças cerebrovasculares e doenças isquêmicas do coração⁽²⁶⁾.

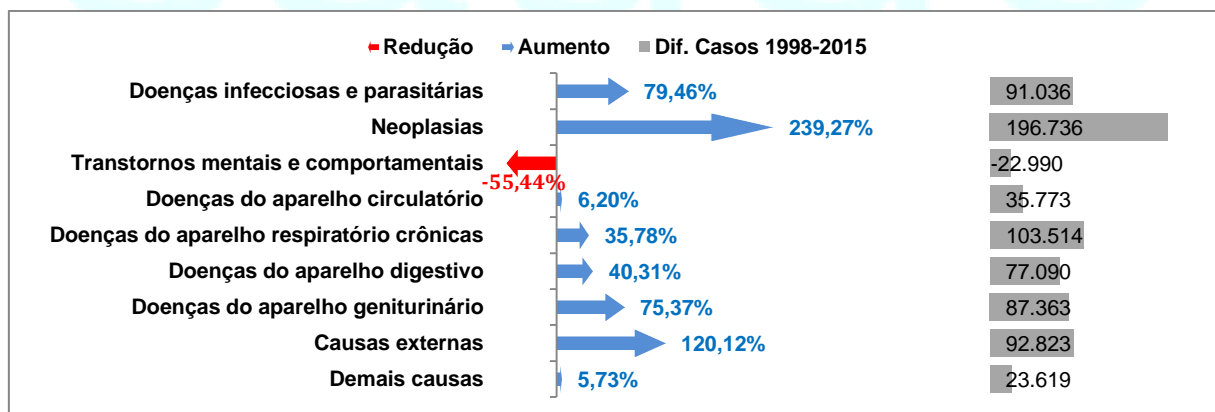
Em relação às neoplasias, no ano de 1998, as notificações no Brasil foram de 82.224 casos da doença e no ano de 2015 ocorreram 278.960 casos, isto significou um crescimento de 239,27% em 17 anos. Ainda, conforme a tabela 1 e a figura 2 foram observadas que nesse período de tempo, entre as principais causas de internações da população idosa, apenas os transtornos mentais e comportamentais sofreram redução do número de casos.

Tabela 1- Principais causas de internações de idosos no Sistema Único de Saúde. Brasil. 1998 a 2015.

Ano	Doenças infecciosas e parasitárias	Neoplasias	Transtornos mentais e comportamentais	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho respiratório crônicas	Doenças do aparelho digestivo	Doenças do aparelho geniturinário	Causas externas	Demais causas
1998	114.565	82.224	41.468	576.654	289.339	191.262	115.908	77.276	412.317
1999	123.602	79.933	43.477	613.742	297.983	211.919	128.895	88.577	369.236
2000	119.343	90.744	42.849	625.762	286.388	214.482	132.083	92.796	376.487
2001	129.980	95.159	33.220	637.274	273.894	222.935	134.717	94.127	373.951
2002	115.710	115.710	19.190	662.134	273.029	219.460	130.635	97.763	338.171
2003	127.480	127.480	26.051	666.603	251.453	215.859	131.209	102.203	335.918
2004	134.321	134.321	19.026	655.298	250.578	220.033	132.461	108.169	341.838
2005	140.593	140.593	21.126	637.559	226.524	227.439	136.197	113.099	347.445
2006	144.467	144.467	23.505	633.725	222.518	227.669	128.301	117.348	365.298
2007	151.475	151.475	18.094	626.344	217.753	236.100	135.653	125.238	379.147
2008	145.864	175.755	23.083	605.673	362.282	229.834	140.473	122.018	334.610
2009	161.881	191.515	18.599	628.249	393.576	241.879	160.909	124.876	367.319
2010	178.181	208.861	19.937	643.405	404.338	255.549	175.411	135.887	400.492
2011	193.578	224.401	20.546	649.913	417.951	258.582	180.156	145.518	416.755
2012	209.941	242.605	19.467	640.544	390.067	263.351	186.972	152.665	424.634
2013	229.265	263.507	19.107	645.416	407.024	269.154	193.882	163.900	439.430
2014	203.942	281.886	19.345	653.099	402.962	282.553	207.907	177.598	452.472
2015	205.601	278.960	18.478	612.427	392.853	268.352	203.271	170.099	435.936

Fonte: Datasus, 2016.

Figura 2 - Diferenças flutuantes entre casos de internações de idosos por doenças. Brasil 1998 a 2015.



Fonte: Datasus, 2016.

A maior utilização de serviços hospitalares por idosos repercute a maior ocorrência de doenças e condições crônicas nessa fase da vida, muitas vezes com maior intensidade e gravidade⁽²⁷⁾ e, considerando que a parcela da população brasileira que dispõe unicamente do SUS para o seu

atendimento hospitalar é estimada em 75,5% da população total⁽²⁸⁾, a utilização dessa população para o cálculo da taxa de internação hospitalar resulta em valores mais próximos da realidade, na esfera da assistência hospitalar pública⁽²⁹⁻³⁰⁾.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o SUS, há 25 anos foi idealizado, vislumbrou junto à sociedade, a universalização do direito ao acesso a saúde na forma de atenção integral. No entanto, o desafio de tornar viável a ideia de serviços de saúde socializados, que são ofertados de acordo com o princípio que o acesso aos serviços de saúde deve ser gratuito, chocou-se com a realidade econômica, pois sempre que algo passa a ser oferecida gratuitamente, a quantidade demandada passa a ser infinita e, no caso específico da saúde, a quantidade desses serviços que as pessoas passam a querer consumir tornou-se praticamente infinita.

Nesse contexto, o SUS desde sua concepção, tem sido flagelado pelos problemas decorrentes de recursos insuficientes para cumprir seus objetivos e realizar seus princípios: universalidade, integralidade, equidade.

Como os recursos para a saúde não são infinitos, mas a demanda é; o governo se vê obrigado a impor vários controles de custos e com isso o acesso segue sendo o desafio mais importante.

Nesse sentido, embora os custos estejam limitados, porque os burocratas estabeleceram um teto de gastos na saúde, a demanda por consultas, pedidos de testes de diagnósticos, hospitalizações e cirurgias segue inabalada.

Consequentemente, com oferta limitada e pleito infinito, ocorre a inevitável penúria, gerando filas de espera para tratamentos, cirurgias, remédios e até mesmo consultas de rotina. Nessa conjuntura, o acesso oportuno a uma atenção à saúde resolutive e de qualidade é demanda permanente e sempre presente nas pesquisas acadêmicas e nas pautas dos movimentos sociais. No entanto, a solução necessariamente passa por um novo planejamento e pela reformulação do modelo vigente.

REFERÊNCIAS

- 1- Ministério da Saúde (BR), Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Orçamento. Plano Nacional de Saúde - PNS : 2012-2015. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2011.
- 2- Minayo MCS. O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 12ª ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco; 2010.
- 3- Duarte R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Revista Educar. 2004;24: 213-25.

- 4- Schmidt I, Duncan B, Stevens A, et al. Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: mortalidade, morbidade e fatores de risco. Saúde Brasil 2009: uma análise da situação de saúde e da agenda nacional e internacional de prioridades em saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2010.
- 5- Chaimowicz F. A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. Rev. Saúde Pública. 1997;3(2):184-200.
- 6- Kalache A, Veras P, Ramos R. O envelhecimento da população mundial. Um desafio novo. Rev. Saúde públ. 1987; 21(3):200-10.
- 7- Siqueira AB, Cordeiro RC, Perracini MR, Ramos LR. Impacto funcional da internação hospitalar de pacientes idosos. Rev. Saúde Pública. 2004; 8(5):687-94.
- 8- Coelho Filho JM. Modelos de serviços hospitalares para casos agudos em idosos. Rev Saúde Pública. 2000; 34:666-71.
- 9- Omran AR. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. Bulletin of the World Health Organization. 2001;79(2):161-70.
- 10- Araújo JD. Polarização epidemiológica no Brasil (Republicação, 1992). Epidemiol. Serv. Saúde. 2012 out/dez;21(4):533-38.
- 11- Omran AR. The epidemiological transition: a theory of the epidemiology of population change. Milbank Memorial Fund Quarterly. 1971; 49(4): 509-83.
- 12- Omran A. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. Milbank Quarterly. 2005;83(4):731-57.
- 13- Duarte C, Barreto S. Transição demográfica e epidemiológica: a Epidemiologia e Serviços de Saúde revisita e atualiza o tema. Epidemiol. Serv. Saúde. 2012;21(4):1-4.
- 14- Schramm MA, Oliveira F, Leite C, et al. Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva. 2004 out/dez;9(4):897-908.
- 15- Frenk J, Frejka T, Bobadilla JL, et al. La transition epidemiológica em América Latina. Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana. 1991;111(6):485-96.
- 16- Bayer GF, Goes S. Mortalidade nas capitais brasileiras 1930-1980. RADIS Dados. 1984;(7):1-8.
- 17- Ministério da Saúde (BR), Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Coleção Para Entender a Gestão do SUS. Brasília (DF): CONASS, 2011.
- 18- Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde. Saúde Brasil 2011: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2012.
- 19- Ministério da Saúde (BR). Estatísticas de mortalidade: Brasil, 1986. Estatísticas de mortalidade. Brasília (DF):1991.
- 20- Ministério da Saúde (BR), Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Para entender a gestão do SUS. Brasília (DF): CONASS; 2007.
- 21- Veras RP. Estratégias para o enfrentamento das doenças crônicas: um modelo em que todos

- ganham. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol. 2011 out/dez;14(4):779-86.
- 22- Peixoto SV, Giatti L, Afradique ME, Lima-Costa MF. Custo das internações hospitalares entre idosos brasileiros no âmbito do Sistema Único de Saúde. Epidemiol Serv Saúde. 2004; 13(4):239-46.
- 23- Silveira RE, Santos S, Sousa C, et al. Gastos relacionados a hospitalizações de idosos no Brasil: perspectivas de uma década. Einstein. 2013;11(4): 514-20.
- 24- Ministério da Saúde (BR). Portal da Saúde SUS. Informações Populacionais e do Sistema de Internações Hospitalares. [Internet]. 2016 [citado 09 out 2016]. Disponível em : <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?ar ea=02>.
- 25- Silva VL, Albuquerque MFPM, Cesse EAP, et al. Perfil de mortalidade do idoso: análise da evolução temporal em uma capital do Nordeste brasileiro de 1996 a 2007. Rev Bras Geriatr Gerontol. 2012 jul/set;15(3):433-41.
- 26- Oliveira GMM, Klein CH, Silva NAS. Mortalidade por doenças cardiovasculares em três estados do Brasil de 1980 a 2002. Rev Panam Salud Publica. 2006 fev;19(2): 85-93.
- 27- Desai MM, Zhang P, Hennessy CH. Surveillance formorbidity and mortality among older adults – United States, 1995-1996. Surveillance Summaries. 1999;48(8):7-25.
- 28- Bahia L, Costa AJL, Fernandes C, Luiz RR, Cavalcanti MLT. Segmentação da demanda dos planos e seguros privados de saúde: uma análise das informações da PNAD/98. Ciência & Saúde Coletiva. 2002;7(4):671-86.
- 29- Loyola Filho AID, Matos DL, Giatti L, et al. Causas de internações hospitalares entre idosos brasileiros no âmbito do Sistema Único de Saúde. Epidemiologia e Serviços de Saúde. 2004; 13(4):229-38.
- 30 – Vanzella E. População idosa e médicos especialistas: um modelo de previsão. [Internet]. Revista Eletrônica Estácio Saúde. 2015;4(2):67-80. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/saudesantacatarina/article/viewFile/1754/880>